



Uma Faixa Uma Rota

A Nova Rota Marítima do Século XXI



THINKTANK



www.anrs.pt

Índice

Introdução	3
Fernanda Ilhéu	
Transportes, infraestruturas logísticas e parques industriais	6
João Franco	
Saúde e Bem-estar	8
Frederico Carvalho	
Educação, Ciência, Inovação, Empreendedorismo, <i>Think Tanks Network</i> R&B.....	16
Teresa Salter Cid e Luís Albergaria	
Financiamento de Projetos de B&R, B&R e Programas de Financiamento da União Europeia	18
Jitendra Tulcidas	
Laços entre os Povos: Cultura, Arte, Exposições, Eventos, Instituições e <i>Media</i>.....	21
Leonor Janeiro	
<i>Cluster</i> do Mar	24
António Costa e Silva	
Comércio e <i>E-Business</i>	30
Bao Hong e Paulo Lopes	
Macau: Um Centro, Uma Plataforma.....	32
Tiago Bonnuci Pereira	

Introdução

A Associação Amigos da Nova Rota da Seda (ANRS), com o nome em chinês 新丝路协进会, foi formalmente registada no dia 21 de dezembro 2016. O grupo de sócios fundadores reúne pessoas da sociedade civil portuguesa e chinesa, que aderiram em nome pessoal e cuja motivação é trabalhar para o desenvolvimento de laços de amizade e cooperação entre a China e Portugal em várias áreas da atividade económica, cultural e social, e cooperar de uma forma pró-ativa na construção do projeto “Uma Faixa Uma Rota”.

A ANRS utiliza uma metodologia de *think tank* no desenvolvimento dos seus trabalhos, que têm como objetivos:

- 1- Obtenção de conhecimento e divulgação de contributos válidos sobre a iniciativa da China “Uma Faixa Uma Rota e a Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI”, anunciada pelo presidente Xi Jinping, em 2013, e apresentada em Portugal em 2015.
- 2- Identificação e apresentação de ideias e de projetos de cooperação entre Portugal e China e de ambos os países com terceiros mercados, em particular com os dos países de língua portuguesa.
- 3- Desenvolvimento de relacionamentos com entidades chinesas e portuguesas envolvidas nesta iniciativa, nomeadamente governos, academias, institutos de pesquisa, associações empresariais, culturais e associações da sociedade civil, de um modo em geral.
- 4- Desenvolvimento de *network* com outros *think tanks* na China, na Europa e em outras latitudes.

A memória histórica dos portugueses ajuda-os a compreender e a integrar esta iniciativa chinesa com facilidade e entusiasmo, já que no ADN de Portugal esteve sempre o Mar e, nos Séculos XV e XVI, uma iniciativa idêntica de Portugal, no sentido Ocidente-Oriente, conduziu o país, por via marítima, à construção de um Novo Mundo. Esta terá sido a primeira globalização que a história conheceu, notabilizando Lisboa como primeira cidade global do Século XVI, enquanto centro económico dessa expansão.

Os portugueses levaram as tulipas, o cacau, o tabaco e os diamantes para a Holanda, o chá para Inglaterra, o caril para a Índia (piripiri do Brasil com outras especiarias) e tempura e espingardas para o Japão. Deste movimento resultou uma comunidade de língua e cultura de matriz portuguesa, que hoje ronda as 255 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes, em lugares estrategicamente relevantes e que produzem cerca de 4% da riqueza mundial. Chegados à Índia em 1498 e aos mares do sul da China em 1518, os portugueses estabeleceram-se inicialmente em Sanchuan e Lampacão e, posteriormente, em 1557, em Macau. Em virtude da fixação de portugueses aí, Macau desenvolveu-se muito como entreposto comercial entre a Ásia, a Europa, a África e a América do Sul, como resultado do seu domínio comercial na rota marítima no Atlântico e no Índico.

Da mesma forma, esta iniciativa chinesa, agora no sentido Oriente-Occidente, também irá originar uma nova configuração de globalização e novas orientações geopolíticas e geoeconómicas. Esta é uma iniciativa a que o Mundo não ficará alheio e com a qual Portugal se propõe participar conjuntamente com a China e com os restantes países que aderiram a “Uma Faixa Uma Rota” (F&R).

Os portugueses administraram Macau até 20 de dezembro de 1999, após um processo de negociação e transição de 12 anos, e de ambos os lados existiu a preocupação de garantir a harmonia e as condições de estabilidade e crescimento sustentado para o território que iria passar a ser administrado pela China a partir daí. Depois dessa data, as relações Portugal-China reforçaram-se e o encontro de ambos os países em Macau nunca esmoreceu, pelo contrário, um futuro de cooperação conjunta foi-se esboçando progressivamente. Foi criado, em 2003, pelo governo da China, um projeto com que ambos os países se identificam, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Em 2005 foi assinada uma Declaração Conjunta para o reforço das relações bilaterais, estabelecendo uma Parceria Estratégica Global entre Portugal e a China e, em 2014, na Visita do Presidente Cavaco Silva à China, ficou decidido aprofundar essa parceria promovendo-a a Parceria Estratégica de Cooperação Abrangente Bilateral.

Parceria significa que a cooperação deve ser em pé de igualdade, mutuamente benéfica e numa lógica *win-win*. É uma parceria considerada estratégica, visto ser de longo prazo e estável, e abrangente, uma vez que a cooperação deve ser global, de grande alcance e em múltiplas áreas. Abrangendo domínios económicos, científicos, tecnológicos, políticos e culturais, esta parceria contém níveis bilaterais e multilaterais, e é conduzida tanto por governos, como por grupos não governamentais.

Em 2015, Portugal foi um dos países fundadores do Asian Infrastructure Investment Bank, concebido com o objetivo de financiar a construção de infraestruturas da iniciativa F&R, demonstrando assim o seu interesse em ser parte ativa nesta iniciativa.

Em junho do mesmo ano, o então Embaixador da China em Portugal, Huang Songfu, numa comunicação ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-China e ao Observatório da China, no Colóquio comemorativo do 10º aniversário do estabelecimento da parceria estratégica Portugal-China, dizia *“Acreditamos que Portugal posicionado no Centro da Rota Marítima do Atlântico poderá ter um papel imprescindível na realização de Uma Faixa e Uma Rota na Europa”*.

Os presidentes dos parlamentos nacionais de Portugal e da China assinaram, a 11 de julho de 2017, um memorando de entendimento, pelo qual se comprometem a reforçar os instrumentos jurídicos e políticos para aumentar a cooperação económica entre os dois países. No respetivo texto, é especificado que a cooperação abrange a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, *“a fim de criar um melhor ambiente jurídico e político para incrementar a confiança política mútua, promover a cooperação económica e comercial e o intercâmbio entre os dois povos”*.

A visão deste projeto materializa-se pela constituição de *networks* de zonas livres de comércio, uma forma de os países interligarem as suas estratégias de desenvolvimento, complementando as suas vantagens competitivas.

A iniciativa F&R é uma iniciativa que vai ser construída ao longo dos próximos anos, em que os países envolvidos irão negociar a sua colaboração com a China, de forma bilateral ou multilateral, em projetos de desenvolvimento identificados como potenciadores do seu desenvolvimento e que contribuam para um crescimento harmonioso global. Esta é uma visão de longo prazo e agregadora de múltiplos projetos.

Difícilmente este projeto poderá ser só obra de governos, principalmente nos países de economia de mercado, onde deverá contar com o conhecimento e o empenho da sociedade civil. O alcance desta iniciativa exige, sobretudo, uma nova atitude mental.

Os Amigos da Nova Rota da Seda surgem, assim, com o propósito de constituírem uma plataforma agregadora e facilitadora de várias iniciativas que possibilitem um melhor entendimento do processo de construção da F&R e da participação de Portugal, em particular, identificando e sugerindo aos governos de Portugal e da China áreas e projetos de cooperação que reforcem a colaboração próxima entre ambos os países em diversas áreas, e destes com países terceiros, especialmente com os países de língua portuguesa, na construção do novo modelo de globalização que “Uma Faixa Uma Rota e a Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI” pretende alcançar.

O lema de Aristóteles que adotamos no nosso logotipo, “Nada se move sem ser posto em movimento”, levou-nos a colocar em movimento várias iniciativas sugeridas pelos grupos de trabalho já constituídos e a seguir identificados:

1. Transportes, infraestruturas, logística e parques industriais;
2. Saúde e bem-estar
3. Educação, ciência, inovação, empreendedorismo, *network* de *think tanks* F&R;
4. Financiamento de projetos, ligação dos instrumentos financeiros F&R e EU;
5. Laços entre os Povos (cultura, arte, exposições, viagens, eventos, instituições e media);
6. *Cluster* do Mar;
7. Comércio e plataforma *E-Business*.

O documento que agora produzimos é uma *synopsis* do primeiro ano de trabalho e descreve sumariamente as sugestões e iniciativas propostas pelos diversos grupos de trabalho. Estas iniciativas, na sua maioria, estão já em fase de operacionalização e serão dadas a conhecer ao longo do próximo ano. A dinâmica dos grupos de trabalho, bem como a criação de novos grupos, beneficia, em larga medida, do empenho dos seus associados. No entanto, é também da máxima importância poder contar com a colaboração das autoridades portuguesas e chinesas. A ANRS é uma associação aberta e que recebe de uma forma muito positiva o conhecimento e a experiência de pessoas, empresas, associações e universidades que se queiram associar e contribuir com o seu trabalho e reflexão.



Transportes, infraestruturas logísticas e parques industriais

João Franco

O objetivo primeiro deste grupo de trabalho é a identificação de áreas de cooperação entre Portugal, China e países terceiros, mais exatamente países de língua portuguesa, no desenvolvimento de projetos de construção e exploração de portos, plataformas logísticas e linhas férreas.

Neste sentido, foram já identificados alguns pontos que têm acrescida importância no contexto referido, nomeadamente a Zona Franca da Madeira, o Porto de Leixões, o Porto de Sines, o Pólo de desenvolvimento de Beja e Évora, infraestruturas ferroviárias, áreas logísticas, parques industriais e outros projetos fora do país.

A Ilha da Madeira tornar-se-á, na próxima década, numa das regiões com maior passagem de navios das rotas marítimas globais, graças à abertura do Canal do Panamá, sendo igualmente um local de eleição do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e sedição de empresas, em virtude do enquadramento legal e fiscal favorável da Zona Franca da Madeira. Além disso, é também um local de grande desenvolvimento turístico, tendo em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, recebido o prémio, atribuído pela *World Travel Association*, de melhor destino insular do mundo.



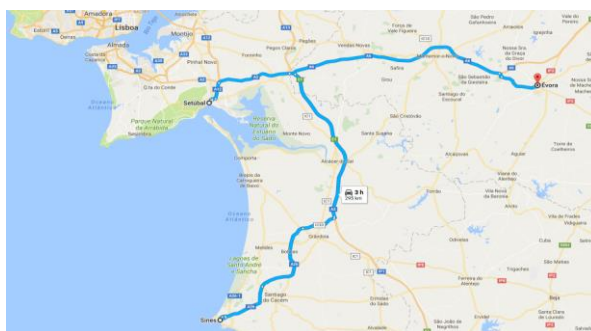
Relativamente ao Porto de Leixões, importa referir que o atual terminal de contentores, que tem capacidade para movimentar 700 000 Teus (contentor standard de 20 pés), está quase esgotado e, por isso, torna-se indispensável a criação de um novo terminal, com capacidade semelhante. Assim, o investimento estimado para o terminal, para as acessibilidades marítimas (dragagens e prolongamento do molhe de proteção em 300m) e a plataforma logística é de 330 milhões de euros, sendo que cerca de 40% do valor total deverá corresponder a financiamento público. Dizer, de resto, que o concurso relativo a este projeto deverá ser iniciado até final de 2018.

De igual modo, o volume de tráfego portuário no atual terminal do Porto de Sines, que movimentou em 2016 mais de 1,5 milhões de Teus e em 2017 mais de 1,6 milhões, obriga também à criação de um novo terminal, que deverá permitir movimentar até 3,1 milhões de teus. A concessão será feita por concurso público, previsto para final de 2018, e o investimento é estimado em 600 milhões de euros.

Atualmente, o espaço disponível para instalação de unidades logísticas junto ao porto (a menos de 3 km) é de cerca de 3500 ha, geridos por entidades públicas. No entanto, a cerca de 20 km do porto existe mais área para o mesmo fim e a uma distância de cerca de 100 km para Norte, entre o porto de Sines e o de Setúbal, há espaços para múltiplas atividades possíveis, nomeadamente nas áreas da indústria e do turismo. A este respeito, a ANRS está a preparar um plano geral de desenvolvimento, com especial atenção para o aumento das capacidades portuárias, das plataformas logísticas e das zonas de desenvolvimento industrial e turístico da região entre Setúbal e Sines.

A respeito das infraestruturas ferroviárias, tem relevância a modernização da linha que liga Sines e Setúbal e Lisboa a Espanha, encurtando a distância até à fronteira em cerca de 160 km e reduzindo os custos de transporte e o tempo necessário. Este projeto representa um investimento de cerca de 500 milhões de euros.

Ainda relativamente ao território nacional, note-se a importância do Pólo de Desenvolvimento de Beja e Évora, a respeito da indústria aeronáutica, e a preparação de um plano geral de desenvolvimento para a área de Setúbal-Sines-Évora, que prevê uma multiplicidade de usos do solo que deverá constituir um território tecnológico e turístico denominado “O Atlântico XXI”.



Por outro lado, no que concerne a projetos fora do território português, e numa ótica de cooperação com países de língua portuguesa, cabe destacar a abertura de um concurso, por parte do Governo de Cabo Verde, para a concessão da exploração de todos os portos do país. Não tendo sido adjudicada uma primeira e única proposta, num primeiro concurso, que o Governo considerou inconveniente, foi aberto um novo concurso em 2018, o que constitui uma oportunidade para os consórcios de empresas portuguesas e chinesas se candidatarem.



Saúde e Bem-estar

Frederico Carvalho

I. Atividades do grupo "Saúde e Bem-Estar" em 2017;

II. Áreas de oportunidade identificadas;

III. Proposta de próximos passos.

I. Atividades do grupo "Saúde e Bem-Estar" em 2017

Este grupo foi criado na segunda metade do ano e, desde logo, definido um plano de ação para o semestre que consistiu em quatro atividades chave:

1. Em virtude da visita do grupo Xinhua, a 9 de Setembro, à sede da ANRS, foi preparada uma apresentação que identificasse oportunidades estratégicas na área da Saúde e Bem-estar, onde o investimento chinês pudesse ser bem-vindo. A síntese desta apresentação pode ser encontrada no capítulo II. Áreas de oportunidade identificadas.
2. O IMT - Instituto de Medicina Tradicional, entidade onde desempenho o cargo de Diretor Executivo, enquanto parceiro estratégico do Parque Científico de Medicina Tradicional Chinesa de Guangdong-Macau, indicou o nome da Presidente da Associação ANRS, Professora Doutora Fernanda Ilhéu, para integrar a comitiva portuguesa que participou na inauguração da Plataforma de Serviço Público do Parque, por ocasião do “II Fórum Internacional de Cooperação em Medicina Tradicional Chinesa”, realizado em Macau, no final de Setembro do corrente ano. Fizeram ainda parte desta comitiva, por indicação do IMT, a Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Professora Doutora Matilde de Castro, a Professora Doutora Olga Silva, da mesma faculdade, e a Professora Doutora Graça Campos, coordenadora do Observatório de Interações Planta-Medicamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.
3. Convite à Presidente da ANRS para apresentação de uma comunicação com o título "A Nova Rota da Seda - o papel de Portugal", nas IV Jornadas de Cultura e Medicina Tradicional Chinesa, no Centro Cultural e Científico de Macau, IP, em Lisboa, no dia 27 de Outubro de 2017.

II. Áreas de oportunidade identificadas

A. Turismo de Saúde e Bem-Estar;

B. Serviços e Produtos de Medicina Tradicional Chinesa e áreas associadas, sendo a relação Portugal-Macau uma plataforma privilegiada.

A. Turismo de Saúde e Bem-estar

O turismo é um sector em franco crescimento em Portugal, onde o número de hóspedes aumentou em 11,1% em 2016, face ao ano anterior, sendo que o público que mais nos procura é oriundo do mercado europeu, que por sua vez regista um aumento de 70%. Aqui, importa reter ainda o aumento dos hóspedes chineses em Portugal, na casa dos 18%, no referido período, porém atingindo já os 40% nos primeiros 9 meses de 2017, segundo dados apresentados pela Secretaria de Estado do Turismo, durante o 43º Congresso da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, em Macau, no final de Novembro último. Este fluxo de hóspedes permitiu, em 2016, proveitos na ordem dos 3,1 mil milhões de euros, ou seja, um aumento de 18,1% face a 2015.

Interessa agora analisar um pouco mais detalhadamente as razões para o sector do Turismo de Saúde e Bem-Estar constituir uma oportunidade real de investimento. Não havendo dúvidas relativamente ao momento favorável que o sector do turismo vivencia em Portugal, alguns condicionalismos como o envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida e, conseqüentemente, o aumento de doenças crónicas, concorrem para uma conjugação de factores importante. Por um lado, Portugal passou a ser um destino prioritário entre os países do sul da Europa. Na verdade, a Europa é o destino mundial favorito de 49,8% dos turistas internacionais, dos quais 18% elegem como destino o sul da Europa e a zona mediterrânica, onde nos situamos. Por outro lado, a esperança média de vida da população mundial tem aumentado, ampliando igualmente o número de doenças crónicas, e assistimos a um aumento constante dos custos médicos convencionais nos respetivos países. Verificou-se ainda um aumento ao nível dos produtos financeiros e dos seguros de saúde, um aumento de serviços no sector privado e de creditações e certificações de qualidade nos mesmos e a uma maior consciencialização da população sénior sobre os cuidados de saúde. Para além disto, deve ainda destacar-se o aumento do planeamento de uma vida saudável entre os cidadãos em geral, com maior ênfase para os cidadãos séniores com posses financeiras que permitam usufruir de serviços que aliem cuidados de saúde e turismo.

Assim, tem-se assistido em Portugal a um crescimento de serviços associados a áreas de saúde, bem-estar e spa médico, bem como ao surgimento de novas profissões de saúde, nomeadamente na área da medicina tradicional e complementar, designadas em Portugal como "terapêuticas não convencionais", onde se destacam a Acupunctura, a Medicina Tradicional Chinesa ou a Naturopatia (tratamentos através de recursos naturais e prescrição de hábitos saudáveis de vida).

Em suma, existem fortes indicadores que apontam para uma taxa de crescimento anual entre os 10 e 20%, no sector do turismo de saúde e bem-estar, durante os próximos anos. Isto é particularmente visível nas políticas nacionais dirigidas ao sector, nomeadamente no PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo), que pretende posicionar Portugal como um dos destinos mais competitivos e atrativos do mapa turístico europeu, afirmando o sector como um dos mais dinâmicos e propulsores da economia nacional. Com efeito, no conjunto dos dez

produtos turísticos em que Portugal apresenta maiores vantagens competitivas e que se constituem como prioridades nacionais, encontra-se, justamente, o Turismo de Saúde e Bem-Estar (termalismo, spa e *wellness*).

Assim, o PENT prevê:

- A requalificação das estâncias termais orientada para a oferta de Saúde e Bem-estar, com vista ao seu posicionamento internacional;
- O desenvolvimento de SPA's numa lógica de qualificação da oferta no segmento de Bem-estar;
- O desenvolvimento da talassoterapia enquanto oferta distintiva dos empreendimentos turísticos localizados no litoral;
- A definição de *standards* de qualidade/certificação;
- A implementação de estratégias de promoção e distribuição orientadas para os diferentes segmentos;
- O desenvolvimento de parcerias entre o alojamento e a oferta termal, numa ótica de produto global e de desenvolvimento de programas personalizados;
- O desenvolvimento de ações transversais: formação de recursos humanos, qualificação da envolvente das unidades, valorização da oferta complementar e rede de informação/*benchmarking*.

Desta forma, os seguintes pontos podem ser identificados enquanto fatores favoráveis à indústria do turismo de saúde e bem-estar em Portugal:

- O PENT aponta a Saúde e Bem-estar como um vetor de desenvolvimento estratégico e a existência de plataformas de promoção internacional do Turismo de Portugal;
- Existência de uma oferta hoteleira de elevada qualidade, com Spas & *Wellness*, marcas mundialmente distinguidas e uma rede de termas com pouco reconhecida qualidade das suas águas?;
- Condições climatéricas favoráveis;
- Extensa linha de costa banhada por águas do Oceano Atlântico, que são das mais ricas para a prática da talassoterapia (tratamento com água do mar);
- Existência de profissionais de terapêuticas não convencionais oficialmente reconhecidos (Acupuntura, Medicina Tradicional Chinesa, Fitoterapia, Naturopatia, Osteopatia, etc.), configurando um caso único entre os países ocidentais. Segundo a Entidade Reguladora da Saúde, 1/5 da população portuguesa recorre a estas terapias. Esta é uma tendência que é confirmada a nível internacional pela Organização Mundial de Saúde que, no seu documento "Estratégia para a Medicina Tradicional 2014-2023", apresenta os mesmos números para a realidade europeia.

B. Serviços e Produtos de Medicina Tradicional Chinesa e áreas associadas, sendo a relação Portugal-Macau uma plataforma privilegiada

A Medicina Tradicional Chinesa (MTC) e áreas associadas, como os seus produtos de fitoterapia, aromaterapia, cosméticos e suplementos alimentares, encontram em Portugal as condições ideais para a sua implementação e globalização.

Existem dois factores que concorrem para este cenário: a política chinesa de desenvolvimento e internacionalização da MTC e a contextualização da MTC em Portugal, em particular através do enquadramento legislativo português para esta área.

- Política Chinesa de Desenvolvimento e Internacionalização da MTC

O Conselho de Estado Chinês publicou, em Dezembro de 2016, um *white paper* sobre o desenvolvimento da MTC, que pode ser resumido em quatro áreas distintas:

1 - Desenvolvimento histórico da MTC:

Aqui são apresentadas as bases históricas, filosóficas e culturais desta forma de medicina, que terá surgido há 4000 anos, na China imperial.

2 - Políticas e medidas para o desenvolvimento da MTC:

O próprio presidente Xi Jinping, na Conferência Nacional de Higiene e Saúde, em Agosto de 2016, enfatizou a importância da revitalização e desenvolvimento da MTC.

O Conselho de Estado Chinês publicou, nesse ano, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da MTC 2016-2030, tornando o desenvolvimento da MTC uma estratégia nacional. As principais medidas desta estratégia são:

- a) As pessoas em primeiro lugar;
- b) Tornar a MTC acessível a todos;
- c) Melhorar a rede de cuidados de saúde através da integração com a MTC;
- d) Cuidar da população sénior;
- e) Apostar no turismo de saúde;
- f) Disseminar conhecimento em MTC;
- g) Estimular estilos de vida saudáveis;
- h) Garantir serviços de MTC seguros, eficientes e acessíveis;
- i) Dar a mesma atenção à MTC e à Medicina Ocidental;
- j) Atribuir o mesmo status legal, académico e de acesso entre a MTC e a Medicina Ocidental;
- k) Tornar a MTC e a Medicina Ocidental complementares, permitindo que cada uma ofereça à outra as suas vantagens;
- l) Manter a unidade dialética de tradição e inovação, ou seja, manter as características da MTC ao mesmo tempo que, de uma forma ativa, são aplicadas metodologias e tecnologias científicas modernas no desenvolvimento da MTC;
- m) Apoiar programas de investigação em MTC;

- n) Planear o desenvolvimento sustentado, integrado e coordenado da MTC;
- o) Foram tomadas medidas para melhorar a indústria de MTC, transformando-a numa indústria estratégica emergente;
- p) Promover o desenvolvimento da MTC através de um forte apoio governamental, tornando-a uma componente importante do desenvolvimento económico e social.

3 - Manter a tradição assegurando o desenvolvimento da MTC:

Em 2015, o valor gerado pela indústria da MTC ascendeu a 786,6 mil milhões de RMB, representando 28,5% do total gerado pela indústria farmacêutica e tornando-se uma nova fonte de crescimento da economia chinesa.

O comércio em MTC sentiu um rápido crescimento, durante o qual as exportações de medicamentos tradicionais chineses atingiram o valor de 3,72 mil milhões de USD, demonstrando o elevado potencial destes medicamentos em mercados internacionais.

Assistiu-se a uma grande evolução na standardização da MTC, em virtude da estratégia delineada no Plano de Médio e Longo Prazo para a Standardização da MTC (2011-2020), tendo-se registado um crescimento anual de 29% no número de *standards* aprovados.

4 - Cooperação Internacional em MTC:

Apostou-se largamente na promoção internacional da MTC, a qual está atualmente presente em mais de 180 países. A World Federation of Chinese Medicine Societies (WFCMS) está sediada na China e conta com 251 membros, oriundos de 67 países, entre os quais está o IMT, que ademais é membro do Conselho Executivo de dois dos seus comités especializados.

Foi criada a norma ISO/TC 249 específica de MTC, onde contamos estar representados a partir de 2018. A MTC foi ainda incluída na classificação internacional das doenças (ICD-11).

Diversos programas de ajuda internacional em MTC são financiados em vários países em desenvolvimento e foram ainda inaugurados dez Centros Internacionais de MTC.

O IMT, de há alguns anos a esta parte, tem desenvolvido programas de cooperação internacional na área e, desde o segundo semestre do corrente ano, enquanto associado da ANRS e na pessoa do seu diretor executivo, enquanto coordenador do grupo de Saúde e Bem-estar desta associação, tem também promovido algumas ações de cooperação, prevendo-se um ano de 2018 bastante ativo nesta matéria.

- Contextualização da MTC em Portugal: Enquadramento Legislativo

A Medicina Tradicional Chinesa (MTC) deu os seus primeiros passos em Portugal durante as décadas de 80 e 90 do século passado. Inicialmente, este processo foi feito através de cidadãos macaenses, chineses ou dos seus descendentes que se estabeleceram em Portugal e que disponibilizavam estes serviços a uma comunidade reduzida. Embora pouco divulgado, o facto é que a primeira autorização para a obtenção de uma licença para a atividade de Medicina Tradicional Chinesa, em Macau, data de 1938 e o primeiro licenciamento para uma clínica de Medicina Tradicional Chinesa foi atribuída em 1949, ambas pela República Portuguesa, que na

época administrava Macau. Esta legislação vigora ainda hoje naquela região administrativa especial da República Popular da China.

Apenas mais tarde, com o surgimento de alguns projetos educativos em MTC, se assiste a uma maior disseminação da mesma entre a população portuguesa. A princípio, estes projetos eram algo incipientes e pouco estruturados, como é natural em qualquer área recente. Contudo, não é alheio o facto de este ser um domínio que sofreu e sofre, ainda hoje, de pouca aceitação por parte de alguns setores da sociedade portuguesa, em particular dos mais ortodoxos, em grande medida por preconceito, ceticismo primário e falta de conhecimento sobre o que é realmente a MTC, as suas aplicações, benefícios e limitações.

Decorrido este período inicial, e atendendo ao aumento da oferta e da procura deste tipo de serviços, o Estado Português sentiu a necessidade de regulamentar estas práticas, tendo sido, para isso, criadas as condições para a aprovação da Lei 45/2003 das Terapêuticas Não Convencionais. Esta lei veio, então, legalizar seis terapêuticas não convencionais, nomeadamente a Naturopatia, Osteopatia, Fitoterapia, Quiroprática, Homeopatia e Acupuntura (a referência a MTC foi incluída apenas em 2013).

Nos anos seguintes, até ao fim de 2015, foram publicadas, faseadamente, as restantes portarias, que especificam os conteúdos funcionais de cada área, os critérios de atribuição de cédula profissional a quem estivesse a praticar até final de 2013, os requisitos para as clínicas e os ciclos de estudos de cada uma.

Até ao momento, e segundo dados divulgados pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), já foram emitidas mais de 1000 cédulas profissionais em Acupuntura e 350 em Fitoterapia, por exemplo. No entanto, é expectável que este número aumente consideravelmente durante os próximos anos, pois acaba de ser aprovada uma alteração à Lei 71/2013, que vem alargar o prazo para submissão de pedido de cédula, de forma a incluir todos aqueles que iniciaram a sua atividade após 2013, data inicialmente imposta como limite para este pedido, além das novas licenciaturas que todos os anos vão surgindo.

Assim, Portugal tem legislação própria para a área da Medicina Tradicional Chinesa, Acupuntura e Fitoterapia, previstas na Lei 45/2003 – Lei das Terapêuticas Não Convencionais e na Lei 71/2013 que vem regulamentar a primeira. Este é um enquadramento único num país ocidental, o que se configura numa clara vantagem competitiva face a qualquer outro país.

A ligação China-Macau-Portugal como plataforma para o desenvolvimento da MTC nos Países de Língua Portuguesa

Macau é um território atualmente reintegrado na República Popular da China, depois de, em 1999, a sua administração passar do governo português para o chinês. Por conta da presença portuguesa e, em particular, da sua administração que, em larga medida, ainda hoje é perceptível no território, seja do ponto de vista cultural, social, comercial ou mesmo até legislativo e administrativo, é natural que Macau ainda tenha, e conserve por muitos anos, grande afinidade com Portugal e com a comunidade de países de língua portuguesa, que representa mais de 250

milhões de pessoas. Aliás, a criação do Secretariado Permanente do Fórum Macau para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em 2003, é disso um claro exemplo.

É desta forma que, no âmbito do Secretariado Permanente do Fórum, como está aliás inscrito no seu plano quinquenal 2016-2020, a promoção da MTC nos países de língua Portuguesa, usando Macau como plataforma privilegiada, é uma missão da China e, consequentemente, do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), ao abrigo da política “*One Belt One Road*” (OBOR).

Com a MTC e o seu desenvolvimento nos países de língua Portuguesa inscritos como missão, o Secretariado Permanente do Fórum Macau desenvolveu, assim, os esforços necessários e que se consubstanciaram na elaboração do Plano de Ação da 5ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2017-2019), assinado pelos Ministros de todos os países participantes, em Outubro de 2016. Este plano de ação contempla a área da saúde, no seu 14º capítulo, e nos seus artigos estão enunciadas várias ações específicas na área da promoção da Medicina Tradicional Chinesa, cujos signatários se comprometeram a realizar. O IMT teve um papel preponderante na elaboração do referido capítulo, tendo sido integrado na equipa técnica liderada pela Direção Geral da Saúde de Portugal. Com a integração na equipa, coube ao IMT a responsabilidade de produzir os documentos de trabalho a partir dos quais se elaborou a proposta final portuguesa, que veio a ser publicada integralmente no Plano de Ação referido e subscrito por todos os assinantes (<http://www.forumchinapl.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-of-the-5th-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2017-2019/?lang=pt>).

O atual contexto legislativo, além de uma “força” interna da MTC em Portugal, configura também uma oportunidade. Na verdade, se aliarmos a existência de legislação específica, enquadrando pelo menos três áreas com relevância para a MTC, a Acupunctura, a Fitoterapia e, naturalmente, a própria Medicina Tradicional Chinesa em Portugal, com a mudança de paradigma a que se assiste presentemente na área da saúde, especialmente no aumento da procura de cuidados de saúde mais humanizados, mais customizados a cada indivíduo e mais apoiados em alterações de hábitos de vida, com o aumento das doenças crónicas e com a provável insustentabilidade financeira do sistema de cuidados de saúde à população como o conhecemos, obtemos elementos mais do que suficientes para repensar e reconsiderar o lugar da Medicina Tradicional nos países desenvolvidos e não somente nos países em desenvolvimento. A Medicina Tradicional Chinesa, compreendida nos países ocidentais desenvolvidos como método complementar às abordagens mais convencionais, faz parte de um caminho de mudança que urge implementar, dado que tem contributos evidentes para dar.

Portugal apresenta, assim, um conjunto de características geopolíticas muito importantes para poder ser instrumental na promoção da MTC pelo mundo. Começando pelo espaço lusófono, através dos canais bilaterais já existentes entre Portugal e em cada um dos países de língua Portuguesa, pelo qual é possível atingir a América Latina através do Brasil; o continente africano,

através de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe e o sudeste asiático, através de Timor. No que diz respeito ao espaço europeu, enquanto membro da União Europeia, Portugal tem condições de atingir um mercado de extrema importância e a um nível global. Aliadas a estas condições geopolíticas únicas, está ainda o facto de Portugal ser um país onde o investimento estrangeiro encontra fortes estímulos proporcionados pelas autoridades e, além disto, é um país bastante seguro e com uma qualidade de vida bastante elevada.

III. Proposta de próximos passos

No que respeita aos próximos passos, no âmbito do grupo de Saúde e Bem-estar da ANRS, é proposto o seguinte:

- Realização de encontros setoriais especializados, com vista à exploração das oportunidades identificadas;
- Realização de estudos que visem fundamentar e enquadrar as oportunidades identificadas.

Ambas as propostas devem contar com o apoio institucional e a participação de entidades portuguesas e chinesas, governamentais e não-governamentais, nas áreas da promoção do turismo, da saúde e bem-estar e da investigação universitária.



Educação, Ciência, Inovação, Empreendedorismo, *Think Tanks* ***Network R&B***

Teresa Salter Cid e Luís Albergaria

Tendo em conta que os objetivos da iniciativa F&R contêm uma importante vertente cultural e educativa, apostada no desenvolvimento de frutuosas relações de boa convivência entre povos e países, fundadas num maior conhecimento mútuo, de cariz intercultural, em que as diferenças sejam respeitadas e as similitudes devidamente exploradas, importa aproximar e dar a conhecer mutuamente o que Portugal e a China podem oferecer, por exemplo em termos de oferta formativa de nível superior, bem como a nível da investigação.

Pretende-se, assim, dinamizar a cooperação entre a China e Portugal no setor da educação, da ciência e do empreendedorismo através do desenvolvimento da cooperação entre Universidades, outras instituições de ensino superior e de investigação, e *think tanks* F&R.

Este grupo elegeu, assim, como objetivos gerais os seguintes:

- Disponibilizar informação de programas e cursos, quer em Portugal quer na China, com os *links* a escolas em ambos os países, permitindo aos alunos, académicos e público em geral o conhecimento da formação disponível para efeitos de eventual inscrição;
- Fomentar o desenvolvimento de projetos de cooperação entre escolas e centros de investigação em ambos os países;
- Fomentar a criação ou desenvolvimento de cursos *on-line* sobre língua e cultura chinesa e portuguesa;
- Estabelecer uma rede de académicos, cientistas, empreendedores, ou *think tanks*, em Portugal ou na China, mapeando contatos e perfis. Esta rede, inspirando-se no modelo LinkedIn, poderá progressivamente estender-se aos países de Língua Portuguesa, em África, na Ásia e na América Latina, que participem em projetos F&R;
- Incentivar e desenvolver a cooperação entre Universidades e outras instituições de ensino superior e investigação de ambos os países.

Para efeitos de agilização do acima proposto, este grupo propôs à Universidade de Aveiro a assinatura de um Protocolo de Cooperação para estabelecer uma plataforma digital, ideia que foi bem acolhida e se encontra em vias de concretização.

Várias atividades de apoio à divulgação da iniciativa F&R, desenvolvidas por diversas instituições académicas portuguesas ao longo dos últimos dois anos (encontros bilaterais, assinatura de protocolos de cooperação entre instituições de ensino, algumas com acentuada valência de *think tanks*, e até criação de centros de investigação), têm estado a ter desenvolvimentos interessantes, abrangendo diversos campos do saber, sendo também propósito deste grupo o seu acompanhamento e fortalecimento por via dos mecanismos de promoção e partilha de informação antes referidos.



Financiamento de Projetos de B&R, B&R e Programas de Financiamento da União Europeia

Jitendra Tulcidas

Este grupo de trabalho tem como foco prioritário a identificação e apresentação de ideias e projetos de cooperação entre Portugal e China e dos mecanismos e instrumentos financeiros disponíveis para o seu financiamento.

Em março de 2017, o coordenador deste grupo de trabalho, na sua qualidade de vice-presidente da ANRS, participou conjuntamente com a Presidente da ANRS, a convite do Governo Regional da Madeira, na Conferência/Debate “A Região Autónoma da Madeira na Nova Rota da Seda Marítima”, uma iniciativa do próprio Governo Regional com o objetivo de divulgar à sociedade madeirense o projeto “Uma faixa, Uma rota”.

Mais tarde, em maio do mesmo ano, o signatário esteve em Beijing com o intuito de estabelecer contactos com as instituições financeiras chinesas diretamente envolvidas no financiamento de projetos no âmbito da F&R, nomeadamente o China Development Bank (CDB) e o Asia Infrastructure Investment Bank (AIIB), tendo sido a mobilização de oradores e participantes para a Conferência “Financing Belt&Road”, evento que será irrealizar no próximo ano, o principal objetivo.

O coordenador deste grupo de trabalho, na sua qualidade de Vice-presidente e representante da ANRS, participou na missão oficial da Ministra do Mar, aquando da sua visita à República Popular da China, em novembro de 2017, com o propósito de recolher informação diversa sobre as iniciativas e projetos conjuntos em desenvolvimento, na área da Economia do Mar.

Em paralelo, vários elementos deste grupo de trabalho, juntamente com a Presidente da ANRS, têm mantido contactos regulares com entidades oficiais portuguesas, mais exatamente com o Ministério do Mar e com a Secretaria de Estado da Internacionalização, e com outras entidades financeiras, nomeadamente a Associação Portuguesa de Bancos, o Haitong Bank, o Millenium bcp, entre outros, procurando a mobilizar apoios e parcerias para a realização da Conferência supracitada.

Assim, em 2018, a Conferência “Financing Belt&Road” será uma das principais iniciativas a desenvolver por este grupo de trabalho.

O objetivo desta Conferência passa por tentar disponibilizar o máximo de informação possível sobre as instituições e os instrumentos financeiros disponíveis para o financiamento de projetos

no âmbito desta iniciativa. A organização da Conferência está a ser desenvolvida em estreita articulação e com o alto patrocínio do Governo de Portugal, e estima-se que a sua duração seja de um dia. Estão, igualmente, em curso contactos para assegurar a presença dos *players* mais relevantes no que respeita ao tema da Conferência.

Estes são alguns dos temas que serão abordados:

- Financing Belt&Road – AIIB: O que é?; Quais os projetos em que investe?; Quais os mecanismos de acesso aos financiamentos?; Qual é o enquadramento sobre a presença e a atuação na Europa e em Portugal?
- *Financing Belt&Road – Round table discussion* on economic landscape (representantes do AIIB, CDB, SRF, BERD, ...); *Round table* com as entidades financeiras que suportam o desenvolvimento das iniciativas; Abordagem de tendências de mercado; Obtenção de perspetivas sobre processos de decisão de financiamento; Abertura dos fundos chineses em suportar projetos tangenciais.
- *Belt&Road Funding Models* – CDB + *Private Equity Firm*: Apresentação sobre diferentes modelos de financiamento disponíveis.
- *Building Belt&Road – Round table discussion on key sectors and industries*: Painel com a participação de representantes de empresas chinesas em Portugal, a discutir as diferentes indústrias impactadas por esta iniciativa, com partilha de abordagens e estratégias.
- *Fostering partnerships and innovation to capture increasing business opportunities in Belt&Road*
- *Round table discussion*: Painel com a participação de empresas e instituições financeiras a discutir diferentes modelos de parceria para concorrer ativamente a projetos no âmbito desta iniciativa.
- *Case study – First mover advantage in securing projects in Belt&Road Initiative*: Apresentação por empresa que esteja já a desenvolver algum projeto no âmbito desta iniciativa com partilha de “best practices” e experiências.
- *Case study – How new technologies can revolutionize business for countries and regions in Belt&Road*: Apresentação por empresa que tenha expandido/iniciado negócios em novos setores utilizando esta iniciativa como plataforma de lançamento.

Outra iniciativa que este grupo de trabalho pretende desenvolver refere-se a um estudo sobre “Geeconomia e Segurança Energética: O valor estratégico do espaço de Língua Portuguesa”. A relevância do tema prende-se com o facto de um dos vetores essenciais da iniciativa chinesa “Belt&Road” estar relacionado com a Segurança Energética, que representa, aliás, um aspeto crítico para o desenvolvimento da economia chinesa atualmente.

Nesse sentido, pretendemos que este estudo seja desenvolvido, ao longo do próximo ano, com a colaboração de reputados especialistas nacionais e estrangeiros, no que respeita à identificação e apresentação de ideias e projetos de cooperação entre Portugal e China e, por sua vez, destes com mercados terceiros, nomeadamente com os mercados dos países de língua portuguesa.

No que concerne à Segurança Energética, o espaço de Língua Portuguesa acolhe no seu seio um conjunto de países que têm vindo a ampliar a sua relevância estratégica à escala global. A título de exemplo, cerca de 50% das novas descobertas de petróleo e gás, realizadas desde 2010, estão localizadas em países lusófonos. Assim, este será, de resto, um fator transformacional da importância geopolítica do espaço lusófono na economia global.

Segundo análises das consultoras IHS e Bernstein Analysis, três países de língua oficial portuguesa lideram o ranking das 10 maiores descobertas de petróleo e gás do planeta, na presente década. Brasil e Moçambique lideram esta lista, em primeiro e segundo lugar, respetivamente. Com efeito, aqueles dois países concentram quase metade das novas reservas de hidrocarbonetos do planeta.

Por sua vez, em Portugal, em virtude da sua pertença à mesma comunidade linguística, à excelência das suas Universidades e à sua proximidade geográfica relativamente ao Brasil, têm vindo a instalar-se várias empresas relevantes dos serviços industriais de petróleo e gás, tais como a Tecnhip e a National Oil Varco.

De igual modo, a China, sobretudo através da Sinopec, apresenta-se como um importante *player* numa triangulação que envolve empresas portuguesas e brasileiras, existindo também um enorme potencial de cooperação nos países africanos de língua portuguesa. Na verdade, uma estratégia de cooperação entre China, Portugal, Brasil, Moçambique e Angola, relacionada com a cadeia de valor das empresas de petróleo oceânicas, poderá gerar dinâmicas de desenvolvimento industrial sustentável para todos os envolvidos.

Neste contexto, afigura-se de importância estratégica identificar e analisar o valor geoeconómico do espaço de Língua Portuguesa para o reforço da Segurança Energética global, incluindo, naturalmente, o papel crescente da China e, consequentemente, propor recomendações ao nível da cooperação empresarial e das políticas públicas que ajudem a concretizar este objetivo.



Laços entre os Povos: Cultura, Arte, Exposições, Eventos, Instituições e *Media*

Leonor Janeiro

O Grupo de Trabalho de Laços entre os Povos: Cultura, Arte, Exposições, Eventos, Instituições e *Media*, da ANRS tem vindo a trabalhar as seguintes vertentes:

Livro – Revitalização das Rotas da Seda: Novo Vetor do Comércio Mundial;

Viagem – Vivências da Rota da Seda;

Golfe – Copa Luso-Chinesa;

Urban Sketching – Lisboa e Pequim, Cidades de Cultura e Desenho.

Livro

A primeira iniciativa deste grupo de trabalho é a edição de um livro destinado ao grande público, que enquadre a explicação do que foi a Rota da Seda no passado, do que é atualmente e ainda de projetos futuros, abordando tanto as rotas terrestres como as marítimas.

O conceito de comércio global é exposto em nove capítulos de diferentes autores, todos sócios da ANRS. Os diferentes backgrounds de cada autor atribuem ao livro um carácter multi-informativo e possibilitam um investimento dos leitores, a *posteriori*, nos temas abordados.

A sua edição, que deverá contar com cerca de cento e vinte páginas e ilustrações,

estará disponível em 2018 e irá, certamente, despertar o entusiasmo de todos aqueles que se interessem pelo papel da China e de Portugal no contexto internacional. A publicação será em português, estando a ANRS a trabalhar no sentido de efetuar as respetivas traduções para chinês e inglês.



Viagem



A ANRS está a planear uma viagem à antiga rota da seda chinesa, que se deverá realizar em 2018 e que irá possibilitar aos participantes conhecer de perto o legado cultural que as antigas rotas comerciais deixaram, bem como a realidade que se vive atualmente, nessa região, nos diversos setores de atividade fruto do desenvolvimento do país.

A viagem, cujo trajeto se inicia e termina em Xian, passa pela rota norte do deserto do

Taklamakan (ACRESCENTAR). Durante cerca de quinze dias, conheceremos dois mil anos de história, viajando entre oásis, que foi designada pelos chineses o “oeste bárbaro” e que tantos mercadores, missionários e simples viajantes trilharam. Haverá lugar, também, para visitar sítios arqueológicos, indústrias e infraestruturas, estabelecendo sempre a ligação entre o passado e o futuro.

O nosso percurso engloba vários sítios classificados pela UNESCO, como são exemplo as grutas de Mo Gao, onde foi encontrado o primeiro livro do mundo.

Está ainda prevista uma publicação, que se deverá referir ao conteúdo da viagem, contemplando o contributo de todos quantos nela participarem.

Golfe

A primeira iniciativa a ser desenvolvida por este grupo, ao nível desportivo, é a Copa de Golfe de Amizade Luso-Chinesa. Este será um torneio competitivo, com uma vertente de convívio de grande relevância.

A ANRS procura associar a este convívio um conhecimento mais estreito entre os parceiros chineses e portugueses, que permita um desenvolvimento de laços de amizade e cooperação profissional entre estes.

Vão ser estabelecidos protocolos, com a ANRS, no sentido de garantir que as regras da competição são de acordo com as respetivas federações desportivas da modalidade e com os objetivos da associação, promovendo o relacionamento

social entre os participantes e seus acompanhantes. A Copa de Golfe de Amizade Luso-Chinesa deverá realizar-se, alternadamente, em Portugal e na China (incluindo Macau), com uma periodicidade anual, e a taça (troféu) da competição permanecerá na posse do país vencedor. Este evento contempla ainda a edição de fotografias e filmes para promoção e publicação nos meios de comunicação da especialidade.



Urban Sketching



O estabelecimento de intercâmbios culturais entre os dois povos vai ser reforçado através do desenho da realidade das cidades de Lisboa e Pequim e das suas gentes, via *USk* (*Urban Sketchers*).

Os *USk* são uma organização sem fins lucrativos, com mais de 160 núcleos em diferentes países e que têm como missão a conexão de pessoas através do desenho de observação, mostrando o mundo com um desenho de cada vez. Em ambas as cidades existem núcleos organizados de *USk*, pelo que a experiência desta associação se torna fundamental para o sucesso da ligação entre os povos.

Assim, propomo-nos juntar cinco elementos de cada cidade, com áreas de formação distintas, mas com o mesmo interesse pelo desenho.

Este projeto idealiza 5 dias em cada cidade, 5 temas, 5 *sketchers* de Pequim, 5 *sketchers* de Lisboa e 5 *workshops*. Os temas serão Arquitetura e património;

Design, produtos, *lettering* e grafismo; Artesanato; Alimentação e paisagem natural; Ambientes urbanos.

A ANRS conta com a experiência e saber de Mário Linhares, diretor de educação dos *USk*, que coordenará os *workshops*.

A primeira semana de *sketching* será organizada em Portugal, em julho de 2018, e a segunda semana na China, em agosto do mesmo ano. Todos os *sketchers* poderão participar no 9º Simpósio Internacional *Usk* no Porto, no intervalo das duas datas.

Deste projeto resultarão livros e postais dos desenhos realizados, bem como um filme feito a partir das sessões de *sketching*. Os autores dos desenhos terão os seus direitos assegurados, podendo estes vir a ser utilizados em ações de promoção em Portugal e na China.

O projeto será divulgado através das redes sociais dos *USk*, podendo alcançar mais de 120 000 pessoas, contando que no futuro, outras cidades de ambos os países integrem esta iniciativa.





Cluster do Mar

António Costa e Silva

Existe hoje um contraste entre o ritmo exponencial de consumo de matérias-primas e recursos e os limites da geologia. Comparando com o que se passava há 60 anos atrás, estamos hoje a consumir, em termos percentuais, 618 vezes mais petróleo, 1000 vezes mais gás, 756 vezes mais níquel, 1500 vezes mais bauxite. O crescimento demográfico, o crescimento económico, o aumento do nível de vida em vastas zonas do mundo, a emergência de uma nova classe média pujante em muitos países emergentes, o crescimento da frota automóvel mundial, tudo isto vai exigir respostas em termos de recursos e do modelo de desenvolvimento para o futuro, que deve ser mais inteligente e sustentável. Neste contexto são incontornáveis duas grandes tendências para o futuro e ambas podem induzir mudanças estruturais e transformações geopolíticas e geoeconómicas profundas. A primeira é a mineração crescente do espaço marinho, desde que seja assegurada a sustentabilidade ambiental. A segunda é o desenvolvimento da economia circular e de uma nova mentalidade para produzir, utilizar e gerir os recursos, o que implica uma rutura do conceito prevalecente na nossa sociedade, onde os recursos são transformados em lixo a uma velocidade sem precedentes na História. A economia circular pressupõe um novo modelo conceptual que olha para toda a cadeia de valor, desde o *design* à produção, distribuição e consumo, orientado para a reutilização e reparação dos produtos e para a transformação de parte do lixo em recursos.

Os recursos marinhos e o caso de Portugal

Portugal pode ter uma oportunidade estratégica de cooperação com a China no século XXI. Como país atlântico, Portugal está no cruzamento das redes da globalização e precisa de um modelo estratégico adequado para transformar a economia do país e conectar globalmente a sua rede de portos, as plataformas logísticas, as redes comerciais, as redes energéticas e as cadeias de valor. (Fig. 1)

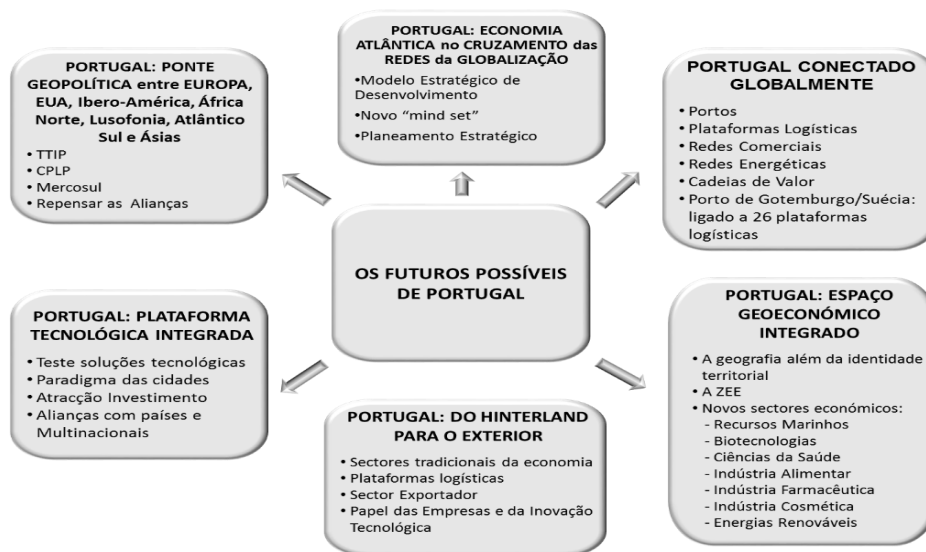


Fig. 1 - Os Futuros Possíveis de Portugal

Para a consecução deste projeto é crucial que Portugal seja capaz de construir um espaço geoeconómico integrado com base no aproveitamento dos recursos da sua Zona Económica Exclusiva. A geoeconomia será uma das chaves do desenvolvimento no século XXI, o que implica olhar para o país para além da sua identidade territorial. É vital a construção de espaços geoeconómicos, como novos pólos de desenvolvimento e criação de riqueza, inserindo Portugal na rede de fluxos comerciais, energéticos e financeiros globais, explorando as cadeias de valor, reforçando o posicionamento estratégico do país, abrindo-o a novos mercados, integrando-o nas cadeias logísticas globais, atraindo investimento externo e interno, consolidando não só um “hub” portuário português polivalente e que responda às exigências da procura mundial, mas aliando a isso o aproveitamento e mineração dos recursos marinhos. Todos estes vetores se inserem no modelo conceptual da “Rota da Seda” ou “One Belt, One Road”, anunciado pelas autoridades chinesas recentemente. A China pode ser, assim, um parceiro de primeiro plano para a cooperação envolvendo os portos, as plataformas logísticas, as redes comerciais e energéticas e o aproveitamento dos recursos.

A conceção e a implementação de boas políticas públicas são decisivas para pôr em ação um modelo que permita a exploração sustentável dos recursos, preservando os ecossistemas e o ambiente. Com a exploração do espaço marinho, uma atenção especial deve ser dada ao papel do mar, que é um estabilizador do clima do planeta. Por isso, a lavra ambiciosa não deve ser permitida e a sustentabilidade da exploração marinha deve ser assegurada, regulada e monitorizada.

No caso de Portugal, esta mudança estrutural pode abrir novas possibilidades para o futuro porque a exploração de recursos minerais é uma via para criar riqueza e prosperidade económica e pode arrastar a economia nacional, se as políticas públicas forem bem concebidas, envolvendo as empresas nacionais, as Universidades, os Centros de Investigação, os prestadores de serviços e toda uma galáxia de atores económicos, científicos e sociais. A extensão da

Plataforma Continental Portuguesa pode levar ao alargamento da Zona Económica Exclusiva, o que pode colocar sob jurisdição das Autoridades Portuguesas uma área de mais de 4 milhões de Km². Esta é a área do subcontinente Indiano e, portanto, Portugal pode ficar a gerir a maior Zona Económica Exclusiva da Europa e uma das maiores do mundo.

Como Portugal estava ligado aos Grandes Bancos do Canadá antes da abertura do Oceano Atlântico, há 200 milhões de anos atrás, e nessa região do Canadá, em particular na Terra Nova e na Bacia de Jeanne d'Arc, foram descobertos importantes campos de petróleo e gás cujas reservas ascendem a 6 mil milhões de barris equivalentes de petróleo, existe um interesse crescente no *deep-offshore* português que advém da similaridade geológica da nossa costa com o outro lado do Atlântico (Fig. 2).

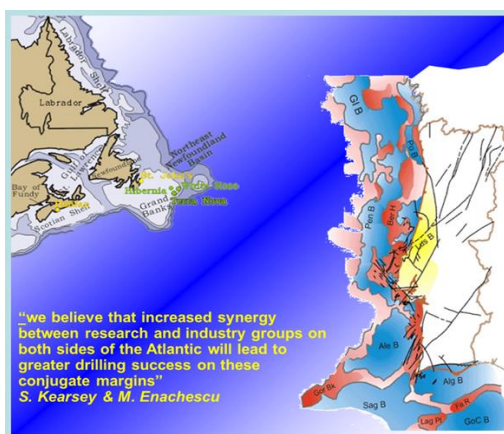


Fig. 2 - Bacias de Portugal e do Canadá

Uma política equilibrada nesta área, que permita mapear os recursos minerais e energéticos e definir formas sustentáveis destes serem explorados, é crucial para o futuro. O equilíbrio e a sensatez aqui implicam recusar o extremismo ambiental, que procura, no fundo, proibir qualquer hipótese de se explorarem recursos no país e de se criar riqueza. Para contrariar o extremismo é preciso mostrar que o modelo de desenvolvimento dos recursos procura compatibilizar a exploração dos recursos com a sustentabilidade ambiental.

Na Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa estão já identificados, através de campanhas oceanográficas feitas ao longo do tempo, alguns recursos minerais interessantes (Fig. 3), como crostas de níquel, ferro e cobalto; sulfuretos polimetálicos, que contêm galena (de onde se extrai o chumbo), calcopirite (de onde se extrai o cobre) e esfalerite (de onde se extrai o zinco); campos hidrotermais dispostos ao longo da fratura dorsal atlântica, que atravessa os Açores e onde existem ocorrências de ouro, prata, cobre, ferro e zinco; vulcões de lama associados a hidratos de metano, cujo conteúdo energético é elevado; Terras Raras, que são elementos imprescindíveis para a indústria eletrónica de alta precisão e para a fabricação de computadores, telemóveis, *ipads*, baterias e todo o aparato tecnológico das sociedades modernas.

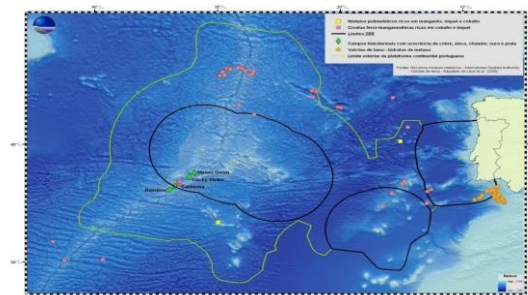


Fig. 3- A ZEE Portuguesa com a Extensão da Plataforma Continental

Para o país desenvolver este projeto, necessita de ter um Modelo Estratégico que procure valorizar os recursos endógenos, atrair investimento internacional, criar pólos de desenvolvimento, fortalecer as empresas e o *know-how* nacional, endogeneizar o conhecimento tecnológico e criar riqueza (Fig. 4). Mas um dos elementos é criar uma política de alianças sólida onde a China é um dos principais candidatos, tendo em conta o papel que a China assume hoje no mundo como dinamizador do comércio e como investidor, no âmbito do projeto da Rota da Seda.

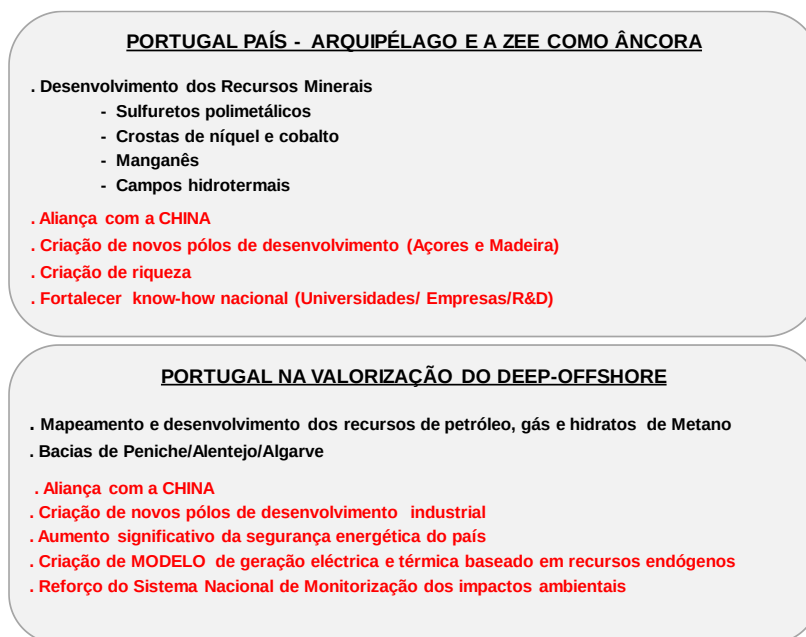


Fig. 4 - Uma Ideia Estratégica Para Portugal

Se Portugal não aproveitar esta oportunidade, outros países o farão porque a mineração do espaço marinho será uma tendência estrutural incontornável no século XXI.

Para o desenvolvimento do potencial do espaço marinho é necessário adotar novos modelos de negócio e de inovação baseados em novos paradigmas.

No caso da mineração dos espaços marinhos a tendência vai ser para as empresas encetarem a mineração sustentável dos recursos minerais com a aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias: Robótica, Inteligência Artificial, Nanotecnologias, Ciências dos Materiais e Big Data.

Nestes domínios, a cooperação com países como a China é incontornável. Os desafios que se colocam à mineração implicam a adaptação flexível destas tecnologias, passam por uma virtualização dos processos físicos, pela modularidade e inter-operacionalidade dos sistemas ciber-físicos, e destes com os operadores humanos, implicam novos processos e novos quadros mentais para operar sistemas complexos em tempo real, com base no recurso à gestão de grandes centros de dados, armazenados na nuvem. O espaço marinho vai exigir um novo conceito de equipamentos inteligentes e será uma âncora formidável para o desenvolvimento tecnológico e para o avanço do conhecimento, incluindo a monitorização e controle dos sistemas ambientais. Para o país e para as suas empresas, Universidades e Centros de Investigação, a mineração da ZEE pode criar condições para um novo quadro de desenvolvimento, com todas as consequências económicas e científicas que isso pode trazer para o país.

Oportunidades de cooperação estratégica Portugal-China

A Fig. 5 resume um conjunto de oportunidades de cooperação que Portugal pode desenvolver em aliança com a China e outros países, centrada nos Açores.

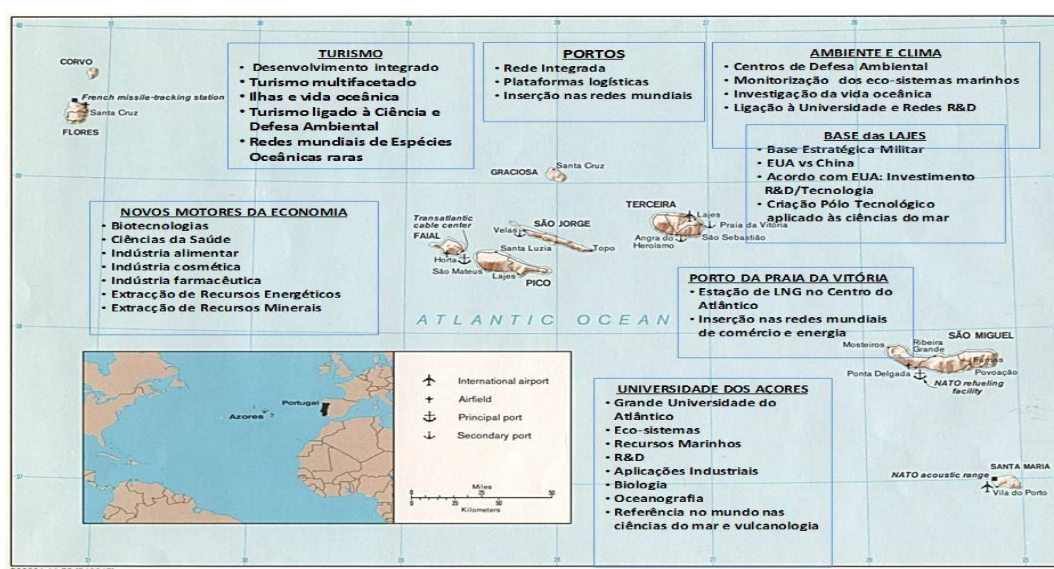


Fig. 5

Essa cooperação pode englobar os portos com a rede integrada e as plataformas logísticas, tirando partido da excelente posição geográfica dos Açores no centro do Atlântico: a Base das Lajes é uma infraestrutura crucial, onde um Acordo pode transformá-la numa plataforma de R&D criando um Pólo Tecnológico aplicado às Ciências do mar; o porto da Praia da Vitória, que pode ser transformado numa estação de Gás Natural Liquefeito (LNG) no centro do Atlântico inserindo-o nas redes mundiais de comércio e energia; a Universidade dos Açores, que pode ser um Centro de Pesquisa focado nos recursos marinhos, na Biologia, na Oceanografia e nas Ciências do mar em geral; a Área do Ambiente e do Clima, que está hoje no centro das preocupações globais; a Investigação dos Recursos Marinhos; a Monitorização dos Ecosistemas e a investigação da vida oceânica, que podem ser cruciais para o futuro; o Turismo também é outra área importante

com um desenvolvimento integrado, multifacetado e ligado à Ciência e à Defesa Ambiental e às redes mundiais de espécies oceânicas raras.

Um acordo multifacetado com a China pode materializar uma oportunidade estratégica sem precedentes, que promove soluções para alguns dos problemas centrais do século XXI relacionados com o ambiente, o clima e a mineração sustentável de recursos marinhos, podendo também criar condições para o desenvolvimento de mais motores da economia, desde as Biotecnologias, às Ciências da Saúde, à Indústria Alimentar, à Indústria Cosmética, à Indústria Farmacêutica, à Extração de Recursos Energéticos e Recursos Marinhos.



Comércio e *E-Business*

Bao Hong e Paulo Lopes

Com o objetivo de aumentar a cooperação comercial entre Portugal e China, o grupo de trabalho de Comércio e *E-Business* tenciona desenvolver no futuro os pontos seguintes:

- 1- Exposição de produtos *Best Of Portugal*;
- 2- Certificação de selo de qualidade;
- 3- Loja *on-line*;
- 4- Revista anual dos produtos envolvidos nos *Road Shows*.

As exposições de produtos *Best Of Portugal* têm como objetivo evidenciar e exibir produtos portugueses de alta qualidade distinguidos com o “selo” da ANRS, sem entrar, no entanto, na conotação de produtos de luxo. Neste contexto, foram já iniciadas conversações com alguns espaços *premium*, nomeadamente hotéis de 5 estrelas, no sentido de levar a cabo a realização destas exposições. Em Xangai, as negociações estão bastante adiantadas, a fim de no próximo ano se iniciar um *Road Show*.

Os participantes selecionados para o *Road Show* serão, convenientemente, informados de que os produtos enviados para a exposição ficarão armazenados na China, caso não sejam vendidos, seguindo, posteriormente, para a exposição seguinte. Este procedimento terá como consequência a diminuição dos custos de transportes.

Os produtos podem pertencer a qualquer uma das seguintes categorias: Bens de consumo, Equipamentos, Serviços e Arte.

Ainda no que concerne à realização dos *Road Shows*, foram encetados contactos com agentes de moda nacional, para que seja possível integrar as apresentações das suas coleções durante os mesmos.

No que respeita à certificação dos produtos, uma vez afastada a hipótese de certificação oficial, importa dizer que o selo atribuído pela ANRS representará as considerações e reconhecimento de qualidade e excelência de um júri conhecedor dos respetivos produtos, tentando, sobretudo, distinguir os produtos e serviços com galardões internacionais.

A Loja *on-line*, por sua vez, deverá ser realizada em parceria com um site chinês, utilizando uma plataforma já existente.

Relativamente às parcerias a desenvolver, salientamos os contactos estabelecidos com dois importadores que facilitarão quer o desalfandegamento dos produtos, quer o seu posterior

armazenamento. Estes importadores funcionarão ainda como imprescindível veículo de publicidade e difusão dos produtos portugueses integrados nestes *Road Shows* e terão relevância acrescida na seleção de convidados para as exposições dos mesmos. Foram também estabelecidos contactos com empresas de logística, de modo a que o transporte de produtos na China possa ser agilizado, tanto entre cada exposição e o armazém, como, e especialmente, entre o armazém e o cliente final.

Importa, de resto, salientar que a parceria que se está a desenvolver, com uma cadeia de hotéis de 5 estrelas na China, visa permitir não só a exposição em Xangai, mas também em outras cidades como Pequim e Hong Kong.

Por último, foi desenvolvido um conceito de criação de uma revista que promova os produtos envolvidos nos *Road Shows*. O conteúdo será constituído por notícias sobre Portugal, com destaque para as empresas e produtos participantes nos referidos Road Shows, que ocuparão uma página cada, a distribuição será efetuada no próprio local da exposição e através dos importadores parceiros. A periodicidade é anual e procura garantir um maior conforto ao anunciante e uma maior e mais acentuada penetração do produto no mercado. Da mesma forma, a sua tradução para Inglês e Chinês deverá permitir um maior alcance de leitores e potenciais clientes. Atendendo à elevada qualidade da revista, que é expectável tanto pelos produtos que irá publicitar, como pelo seu posicionamento no mercado, recomenda-se que a sua impressão seja feita na China, por forma a evitar os custos de envio. Finalmente os encargos relativos à sua impressão deverão contar com o financiamento dos próprios anunciantes.

Macau: Um Centro, Uma Plataforma

Tiago Bonnuci Pereira

A Associação dos Amigos da Nova Rota da Seda (ANRS) mantém uma estreita cooperação com Macau, através das suas ligações ao Instituto Internacional de Macau e ao Instituto de Estudos Europeus de Macau, tendo organizado, em 2016, algumas conferências em conjunto com estes Institutos, de modo a promover uma maior divulgação da iniciativa “Uma Faixa Uma Rota”, e refletindo sobre as possibilidades de cooperação da China com os países de Língua Portuguesa no âmbito desta iniciativa. Em Macau, a ANRS tem também participado em várias conferências, visitas e ações de formação e divulgação sobre esta iniciativa, organizadas pelo Fórum de Macau, pelo Parque Científico de Medicina Tradicional Chinesa de Guangdong-Macau e pela Universidade de Macau. Acrescendo a isto, a ANRS tem também uma estreita ligação com a Associação da Rota Marítima da Seda (Macau), à qual tem prestado todo o apoio desde o seu início. O Amigo Tiago Bonnuci Pereira, associado em Macau, enviou a seguinte mensagem:

“Em Macau, a ANRS tem estado na dinamização de atividades enquadradas na política de “Macau: Um Centro, Uma Plataforma”, com vista a parcerias relativas à iniciativa “Uma Faixa Uma Rota”. Macau é um ponto de encontro e de cooperação entre a China e o mundo lusófono e, como tal, estamos empenhados em materializar projetos de cooperação em assuntos relacionados com o Mar. Este é um campo em que a vasta experiência e know-how Português beneficia o estabelecimento de parcerias.”